



IPREV MARIANA
16 DE JUNHO DE 2026



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA

Data: 16 de junho de 2026

Local: Sede do IPREV Mariana; Rua Santa Cruz 28, Barro Preto, Mariana/MG

Horário de início: 8h30min

Término: 12h30min

Presentes: Osmerino Anelito Pena

Wesley Ferreira de Moraes

Edilene Barbosa Toríbio

Flávio Augusto de Assis Rocha

Ausente: Ricardo Geraldo Anselmo

Participantes: Bruna Bertini representante da Consultoria Crédito & Mercado, os representantes Gláucia e Raphael da Investo Gestão de Recursos (Online), o Diretor Administrativo Financeiro Diego da Silva Carioca e a Diretora Presidente Elizangela Sara Lana.

Itens da Pauta:

1) Reunião online com Bruna da Crédito & Mercado.

- Apresentação e análise dos cenários econômicos;
- Apresentação da carteira de investimentos do Instituto;

2) Reunião com a Investo Gestão de Recursos

- ETFs.

3) Proposição de investimentos/desinvestimentos na carteira;

4) Deliberações

- Aplicação do repasse mensal;

5) Tema livre para considerações finais.

Participação do Diretor Administrativo Financeiro - Diego Carioca

Participação da Diretora Presidente - Elizangela Sara Lana

O Presidente do Comitê, Osmerino Pena, cumprimentou a todos os presentes e em seguida deu início à discussão dos itens da pauta. **1) Reunião online com Bruna da Crédito e Mercado: Apresentação e análise dos cenários econômicos.** Osmerino passou a palavra para Bruna, que cumprimentou a todos e iniciou sua apresentação abordando o cenário econômico global, do Brasil e as expectativas do mercado financeiro. Inicialmente, Bruna comentou sobre o CPI Americano (Índice de Preços ao Consumidor), destacando que a guerra vem impactando os índices de inflação. Disse ainda que o CPI ficou abaixo do esperado e o PPI atingiu maior alta em quase 4 anos. A principal contribuição para essa alta foi a queda nos preços dos alimentos, como por exemplo a carne suína recuando 16,1%. Prosseguindo, Bruna ainda mencionou que o Banco Central Europeu - BCE revisou a inflação para 3% em 2026 reduzindo a projeção de crescimento. Ao abordar o cenário brasileiro, destacou que o IPCA de maio apresentou desaceleração e que a taxa Selic se encontra em 14,50%, havendo expectativa de redução nos próximos períodos. Em relação à IBOVESPA, observou que a bolsa brasileira encerrou uma sequência de oito semanas consecutivas de desempenho negativo, considerada a maior da série histórica. Destacou ainda que o cenário eleitoral também tem exercido influência sobre o comportamento do mercado. Prosseguindo, Bruna informou que o dólar vem se destacando nos últimos dias em relação Dólar/Real chegando a atingir R\$ 5,18 impulsionado também pela tensão no Oriente Médio. Ao analisar a carteira de investimentos do Instituto, destacou a importância de manter uma postura mais conservadora como forma de proteção patrimonial, sugerindo maior alocação em títulos pós-fixados em detrimento dos títulos prefixados. Na sequência, Bruna questionou se o Comitê já havia buscado no mercado os ETFs de interesse do comitê para composição da carteira, em resposta, Osmerino informou que ainda estão sendo analisados e que a maior dificuldade tem sido encontrar bons ETFs que estejam enquadrados segundo a norma vigente. Durante a análise dos fundos que compõe a carteira, Osmerino comentou sobre o fundo BDR da Caixa não estar aparecendo na parte de rentabilidade na plataforma. Bruna informou que já havia ajustado que provavelmente deu erro novamente devido a algo relacionado com a TI. Posteriormente, Bruna questionou como estaria a situação da manutenção do pró-gestão. Diego então explicou que, a auditoria de revisão está, a princípio, prevista para o início do mês de julho. Informou ainda que o Instituto não dispõe, neste momento, da estrutura e da documentação necessárias para pleitear o Nível IV da certificação. Em razão dessas limitações, a expectativa é de manutenção do Nível III do Pró-Gestão. Prosseguindo, passou-se ao próximo assunto. **Apresentação da carteira de**

investimentos do Instituto (Figura 01). Na sequência, em continuidade à análise da carteira do Instituto, Osmerino pediu que Bruna comentasse sobre a rentabilidade da carteira no mês de maio. Bruna então comentou sobre as recomendações gerais de realocação de ativos feitas pela consultoria e iniciou-se a análise do desempenho da carteira no mês de maio. Os investimentos apresentaram, no mês de maio, um retorno de **1,29%** frente a uma meta esperada de **1,01%**. No acumulado do ano, apresentou um retorno de **5,74%** frente a uma meta de **5,44%**. A carteira apresentou desempenho satisfatório, reforçando a consistência e a boa condução dos investimentos. A carteira possui o patrimônio líquido total no valor de **R\$ 521.443.150,37**. Apresentando a seguinte distribuição por segmentos: **CDI 28,74%, Ações Setoriais 0,72%, Títulos Públicos 62,13%, Títulos Privados 7,02%, BDR Nível I 1,33%, IRF-M 1 0,04%, Disponibilidade Financeira 0,03%** (Figura 02). Projetando o gráfico dos investimentos por Instituição, tem-se que a maior parte dos investimentos está alocada no Tesouro Nacional 62,14%. Por fim, Osmerino agradeceu a participação de Bruna e em seguida, passou-se para a próxima pauta. **2) Reunião com a Investo Gestão de Recursos. 2.1. ETFs.** Osmerino cumprimentou os representantes da Investo e apresentou os membros presentes. Em seguida, passou a palavra para Gláucia, que apresentou o Raphael como o responsável pela apresentação. Raphael realizou um breve histórico sobre o mercado de ETFs no Brasil e no exterior, destacando, de forma resumida, a evolução desse segmento tanto nos Estados Unidos quanto na B3. Na sequência, apresentou um estudo realizado pela S&P, abordando a relevância da gestão passiva como estratégia de investimentos. Explicou que ETF é a sigla para *Exchange Traded Fund*, ou fundo negociado em bolsa, destacando que esses fundos podem ser compostos por diferentes classes de ativos, como ações, fundos imobiliários, títulos públicos, criptomoedas, entre outros. Durante a apresentação, Osmerino solicitou que Raphael falasse um pouco mais sobre os custos operacionais de transação de ETFs. Em resposta, Raphael informou que existem algumas taxas, uma dessas taxas é a de corretagem que é cobrada no momento em que a ordem de compra é passada para a corretora. Outra taxa é a de custódia e esclareceu que não há cobrança desta taxa para o RPPS. Acrescentou ainda que existe a possibilidade de aluguel de cotas dos fundos, permitindo ao investidor receber um valor por isso. Na sequência, Flávio questionou como é realizada a seleção dos ETFs considerados mais adequados para compor o fundo, e se na Investo há ETFs que pagam dividendos mensais. Raphael respondeu que a seleção segue critérios e filtros previamente definidos pelos índices de referência, ressaltando que a Investo não realiza gestão

discricionária dos ativos, limitando-se a acompanhar os índices de mercado. Wesley perguntou qual seria a periodicidade da revisão dos ETFs. Raphael esclareceu que essa periodicidade varia de acordo com o índice de referência, ocorrendo, em média, a cada três ou quatro meses. Prosseguindo, Raphael passou a mostrar as opções de ETFs disponíveis explicando qual seria a metodologia utilizada para cada ETF (Figura 03). Flávio perguntou se há uma previsão de pagamento de dividendos do ETF BEST 11 apresentado no portfólio da Investo e de quanto seria. Raphael respondeu que há previsão de pagamento de dividendos e que seriam aproximadamente 5% ao ano. Na sequência, Raphael passou a comentar sobre as opções de ETFs de renda variável do exterior (Figura 03). Flávio perguntou se ele teria opção de ETF de ouro. Raphael explicou que, no caso do ETF de ouro da Investo, seria necessário o enquadramento da gestora e que, nesse momento, esse produto não se encontra disponível para investimentos por RPPS. Na sequência, Raphael passou a mostrar a opção de ETF de renda fixa apresentando a rentabilidade dele ao longo do tempo (Figura 03). Ao final da apresentação, Osmerino agradeceu a Raphael pelas informações e disse que o comitê irá estudar as opções de ETFs apresentadas. Raphael colocou-se à disposição para ajudar no que for preciso e informou que encaminhará o material da apresentação aos membros do Comitê. Em seguida, passou-se para a próxima pauta. **3) Proposição de investimentos/desinvestimentos.** Ficou decidido que será desinvestido todo o valor aportado no fundo **BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP CNPJ: 13.077.418/0001-49** e será investido no fundo **BB CORPORATE BANCOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP CNPJ: 18.060.364/0001-22**, essa decisão de realocação se faz necessária para solucionar o desenquadramento passivo do fundo BB Perfil. Na sequência, mantendo-se a estratégia definida em reunião anterior, ficou decidido desinvestir o valor de 10 milhões do fundo **ITAÚ INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI CNPJ: 00.832.435/0001-00** e 15 milhões do fundo **SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI CNPJ: 02.224.354/0001-45** totalizando o valor de 25 milhões que serão utilizados para a compra de Títulos, conforme deliberado no próximo item da pauta. **4) Deliberações:** Flávio comentou que em seu entendimento uma troca de gestão no governo poderia diminuir as boas ofertas para a compra de Títulos e que em razão desse entendimento, ainda vale apenas investir em Títulos aproveitando prazos mais longos. Após discussões, ficou deliberado por unanimidade que os 25 milhões desinvestidos dos fundos dos bancos Itaú e Santander serão utilizados na

compra de Títulos Públicos para 2037 e 2040 aproveitando taxas a partir de 7,2%. Passou-se para a próxima pauta. **4.1. Aplicação de repasse mensal.** Ficou deliberado por unanimidade pelo comitê que o repasse mensal será aplicado no fundo **BB CORPORATE BANCOS RESP LIMITADA FIC CIC RENDA FIXA LP CNPJ: 18.060.364/0001-22.** 5) Tema livre para considerações finais: Por volta das 9:30 horas, Osmerino passou a palavra para Elizangela, que iniciou sua participação apresentando aos presentes as placas das premiações recebidas pelo Instituto. Destacou que tais conquistas refletem o comprometimento, a dedicação e o bom trabalho desenvolvido por toda a equipe. Passado esse momento, Diego solicitou a palavra e informou que a compra dos Títulos Públicos, conforme deliberação em reunião passada, ocorreu dia 09/06/2026, sendo feita a compra de cerca de 9,98 milhões a uma taxa de 8,31 para 2033 e cerca de 15 milhões a uma taxa de 7,92 para 2037. Em seguida, Osmerino comentou que, embora Diego já possua experiência na Diretoria Administrativa Financeira, diversas normas e procedimentos foram alterados desde sua passagem anterior pelo setor e que provavelmente, Diego terá que se atualizar e reaprender diversos processos o que poderá levar algum tempo, parabenizando-o pelo empenho demonstrado. Dando continuidade, Diego informou que realizou um levantamento das pendências imediatas relacionadas ao setor de investimentos, visto que assumiu as atividades operacionais a pedido da Diretoria e que está organizando a documentação para auditoria de supervisão do Pró Gestão RPPS, consolidando as informações em relatório elaborado por ele e encaminhado a diretoria do IPREV, ao Controle Interno e ao Comitê de Investimentos. Em seguida, procedeu à leitura do documento, no qual foram identificadas as seguintes pendências: o último parecer do Comitê de Investimentos publicado no site institucional refere-se ao mês de janeiro de 2026, não foi localizada a atualização dos credenciamentos das Instituições Financeiras referente ao exercício de 2026, constando apenas documentação do exercício de 2025, os documentos de Aplicação e Resgate (APR) disponibilizados no site encontram-se atualizados somente até dezembro de 2025, a última análise de risco localizada refere-se ao primeiro semestre de 2025, não sendo encontrada a análise referente ao segundo semestre, não foram localizados, em um primeiro levantamento, os comprovantes de aplicações e resgates realizados entre os dias 1º e 20 de maio de 2026, documentos necessários para elaboração das APRs correspondentes, conforme informado pela equipe da Crédito & Mercado, será necessário encaminhar todas as notas de negociação de títulos públicos para correção dos lançamentos de Preço Unitário (PU). Segundo relato da empresa, essa documentação já havia sido

solicitada anteriormente ao Analista responsável, sem que houvesse o respectivo encaminhamento, foram encontrados diversos documentos e pastas armazenados sobre armários e mesas do setor, sem identificação clara ou indicação de conteúdo, sendo necessária análise individual para verificação de eventuais demandas pendentes, necessidade de arquivamento ou adoção de providências administrativas. Diego ressaltou que esse levantamento foi necessário para entender como está o setor, pois não havia acompanhamento efetivo por parte de nenhuma diretoria, pois não houve transição e nem o repasse das atividades pelo servidor anterior e que essas documentações são necessárias para auditoria de supervisão do Pró Gestão RPPS que está prevista para início do mês de julho e que outra situação é o CRP que está vencendo 10/07/2026, e precisamos de manter as obrigações em dia para renová-lo. Elizangela ressaltou que, desde o início das atividades do Analista de Investimentos até o seu afastamento por licença para tratamento de saúde, ocorrido às vésperas do encerramento do Termo de Cessão, em 26/05/2026, não constou em nenhum Relatório de Controle Interno, nem nas atas do Comitê de Investimentos ou do Conselho Fiscal, qualquer apontamento de irregularidade ou problema relacionado ao desempenho das funções exercidas pelo Analista de Investimentos. Destacou ainda que havia apenas pequenos atrasos na entrega dos relatórios de atividades necessários à elaboração dos relatórios do Controle Interno. Contudo, mesmo quando entregues em prazo reduzido, os documentos eram apresentados e possibilitavam a realização dos trabalhos necessários. Dessa forma, afirmou que nunca houve qualquer constatação de irregularidade nas atividades desenvolvidas pelo Analista de Investimentos durante o período em que exerceu suas funções junto ao Instituto. Ressalta-se que as informações disponibilizadas no sítio eletrônico do Instituto sempre foram objeto de verificação pelo Controle Interno, inclusive para fins de comprovação da regularidade das ações relacionadas ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS), não tendo sido identificadas inconsistências ou irregularidades durante o período analisado. Diante da experiência verificada durante o afastamento do Analista de Investimentos, sugere-se a adequação da Portaria que disciplina as atribuições e responsabilidades relacionadas à área de investimentos, de modo a vincular e atribuir à Diretoria Administrativa e Financeira o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Analista de Investimentos. A medida se justifica pelo fato de que, em situações de ausência ou afastamento do Analista de Investimentos, o Diretor-Presidente não detém competência

técnica e atribuições específicas para substituí-lo integralmente em suas funções, sendo recomendável a definição de mecanismos administrativos que assegurem a continuidade dos trabalhos, o acompanhamento das atividades e a adequada segregação de funções. Prosseguindo, Elizangela relatou que, em pesquisas e em conversas com gestores de outros institutos, verificou que a função de Analista de Investimentos é mais comum em institutos maiores. Informou também que buscou conhecer a estrutura de funcionamento do setor em institutos como os de Viçosa, Ubatuba, Téofilo Otoni e outros Municípios. Acrescentou que conversou com o representante do Instituto de Téofilo Otoni, que lhe explicou a forma como o setor está organizado naquela entidade. Na sequência, Elizangela destacou a necessidade de revisão da portaria que regulamenta a função de confiança do Analista de Investimentos, ressaltando que deve ser avaliada a real necessidade de manutenção da função. Sugeriu, ainda, que o Diretor Administrativo Financeiro assuma a função de Gestor de Recursos, observando que a operacionalização das atividades do setor deverá ser melhor estudada. Flávio ponderou que é necessário definir se o acompanhamento e a fiscalização das atividades do setor de investimentos serão atribuições da Diretoria ou do Comitê de Investimentos. Diego observou que, quando da criação da função de Analista de Investimentos, o foco esteve voltado principalmente ao atendimento da recomendação do Pró Gestão RPPS referente à segregação de funções administrativas financeiras das de investimentos. Contudo, na prática, o acompanhamento das atividades do setor acabou ficando sem uma supervisão efetiva por parte da Diretoria, visto que de acordo com a estrutura organizacional com base nas Leis nº 173/2018, Lei nº 230/2023 e a Portaria de detalhamento de Atribuições nº 39/2024, o Analista de Investimentos era vinculado a Presidência do Instituto, e que as atividades do Controle Interno se baseiam no acompanhamento e não no operacional que era desempenhado pelo setor de Investimentos, ou a organização dos arquivos, atualização dos documentos e execução das atribuições. Diego disse que durante sua atuação no Controle Interno, nos relatórios mensais, principalmente os últimos (janeiro a março) foram recomendados o levantamento de pendências das diretorias e dos demais setores, visto que os mandatos estavam se encerrando e necessitaria de transição; também foram encaminhados e-mails ao setor e a diretoria solicitando informações e realizadas reuniões de alinhamento, mas sem muita efetividade. Edilene destacou que toda novidade trás ônus e bônus, que o importante foi que as falhas foram percebidas a tempo, que serviu para avaliar melhor o que que foi bom e que vale a pena manter, bem como aquilo que precisa ser revisto

e aperfeiçoado. Ao final de sua manifestação, sugeriu a possibilidade de contratação de estagiários do curso de Economia para auxiliar nas atividades operacionais do setor de investimentos. Flávio observou que o trabalho desenvolvido por Ricardo na parte social da função de Analista de Investimentos foi realizado de forma satisfatória. Diego concordou com a observação e acrescentou que as principais dificuldades identificadas se concentram na organização documental do setor. Edilene complementou afirmando que a gente só aprende a partir das falhas, que toda falha pode ser positiva. Prosseguindo, Diego disse que é preciso que o Comitê avalie sobre os pareceres para encaminhar para aprovação do Conselho Fiscal. Osmerino explicou que após a aprovação dos pareceres pelo comitê, a parte operacional de arquivamento e publicidade dos documentos, não compete ao Comitê, complementou dizendo que para resolver as pendências identificadas, é preciso estabelecer um cronograma e acompanhar a execução deste cronograma. Em seguida, questionou quem fiscaliza a publicidade dos documentos no sítio eletrônico. Elizangela respondeu que é o Controle Interno. Flávio ressaltou a necessidade de fiscalização também por parte da diretoria, acrescentando que a presidência precisa ser notificada das ocorrências. Diego acrescentou que a responsabilidade da assinatura dos pareceres e credenciamentos é do Comitê de Investimentos. Em complemento, Osmerino concordou que é responsabilidade do comitê análise e aprovação de pareceres e credenciamentos e destacou que foi aprovado pelo comitê a exclusão do regimento interno os itens que tratavam de atribuições operacionais de arquivamento e publicidade de documentos por entenderem que esses itens não seriam uma atribuição do Comitê e sim uma competência administrativa do instituto. Por fim, Osmerino enfatizou que a prioridade do momento é a regularização das pendências identificadas, alertando que a não renovação do nível III do Pró-Gestão poderá comprometer a gestão dos investimentos e colocou-se à disposição para auxiliar no que for necessário. Flávio questionou se havia risco imediato decorrente das pendências apontadas que implicasse na renovação do certificado. Diego respondeu que poderão ser necessários ajustes em determinadas documentações, mas que possivelmente haverá prazos para a realização das correções. Encerrando o assunto, Diego informou que os ingressos para o evento da XP já haviam sido adquiridos e que sempre que possível acompanhará as reuniões. Elizangela agradeceu e disse que passará participar das reuniões, acompanhando mais de perto as atividades relacionadas ao setor. Não havendo mais nada a tratar, às 12h30min deu-se por encerrada a reunião, e eu, Giselle Cristina Carlos Gonçalves, lavrei a presente Ata que, após lida, segue assinada:



CRÉDITO
& MERCADO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - 29/05/2026

Total para cálculo dos limites da Resolução: R\$ 521.309.562,87

Disponibilidades Financeiras: R\$ 133.587,50

PL Total: R\$ 521.443.150,37

Fundo	Resgate Carência	Saldo	Particip. S/ PL	Cotistas	% PL Fundo % RPPS/Fundo	Lei
TÍTULOS PÚBLICOS - OFERTA BALCÃO						
08.703.063/0001-16		323.949.575,95	62,14%		0,00%	7ª III
ITAU INSTITUCIONAL IRF-M I RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	D+0 Não há	203.096,38	0,04%	87	0,02%	7ª I
26.559.284/0001-44						
TREND PÓS-FIXADO RESP LIMITADA FIC RENDA FIXA SIMPLES	D+0 Não há	6.578.376,40	1,26%	95.725	0,03%	7ª I
18.060.364/0001-22						
BB CORPORATE BANCOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP	D+0 Não há	367.084,65	0,07%	6.402	0,00%	7ª V
13.077.418/0001-49						
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	D+0 Não há	21.986.884,84	4,22%	1.229	0,11%	7ª V
03.399.411/0001-00					51,50%	
BRANDESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0 Não há	37.324.961,67	7,16%	732	0,13%	7ª V
00.832.435/0001-00					44,20%	
ITAU INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0 Não há	41.351.575,25	7,93%	483	0,47%	7ª V
02.224.354/0001-45					Sínto	
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0 Não há	42.240.481,54	8,10%	488	0,88%	7ª V
99.400.888/0001-42					Sínto	
LP SANTANDER - IPCA + 6,59% - VECTO: 20/08/2029	D+0 Não se aplica	36.612.167,34	7,02%		0,00%	7ª VI
01.578.474/0001-88					Sínto	
BB TECNOLOGIA RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+3 Não há	3.758.834,52	0,72%	12.761	1,01%	8ª I
17.502.937/0001-68					19,80%	
CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL I	D+4 Não há	6.036.824,33	1,33%	349	0,29%	8ª III
					87,90%	

Página 1

Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos
Av. Paulista, 302 - Cj. 10, Bela Vista, São Paulo/SP
CEP: 01310-000 - Telefone: (11) 3578-8410

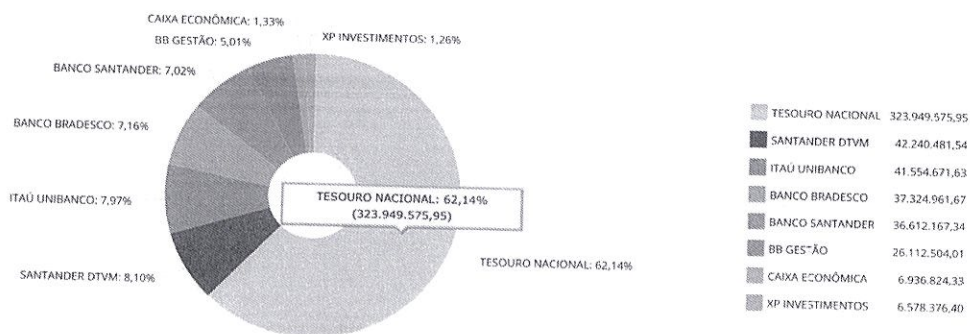
Figura 01 - Carteira



CRÉDITO
& MERCADO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - Base: 29/05/2026

Distribuição dos ativos por Administradores - base (Maio / 2026)



Página 7

Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos
Av. Paulista, 302 - Cj. 10, Bela Vista, São Paulo/SP
CEP: 01310-000 - Telefone: (11) 3578-8410

Figura 02 - Distribuição ativos por Administradores

